

COLEÇÃO MULHERES POR REPARAÇÃO DAS DÍVIDAS SOCIAIS

DÍVIDA PÚBLICA E CRISE CLIMÁTICA: CAMINHOS PARA RESISTIR

CARTILHA 8



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dívida pública e crise climática : caminhos para resistir / [organização, produção e revisão Carolina de Mendonça Rodrigues Silva...[et al.]]. -- São Paulo : Instituto Rede Jubileu Sul Brasil, 2025. -- (Coleção mulheres por reparação das dívidas sociais)

Vários autores.

Outras organizadoras: Marcela de Andrade, Flaviana Serafim, Rosilene Wansetto, Sueli Bertolino.

Bibliografia.

ISBN 978-65-988665-2-5

1. Dívida pública - Brasil 2. Mulheres - Aspectos sociais 3. Mudanças climáticas - Aspectos socioambientais 4. Mudanças climáticas - Prevenção - Inovações tecnológicas 5. Mudança social - Brasil 6. Resistência I. Silva, Carolina de Mendonça Rodrigues. II. Andrade, Marcela de. III. Serafim, Flaviana. IV. Wansetto, Rosilene. V. Bertolino, Sueli. VI. Série.

25-309276.1

CDD-304.25

Índices para catálogo sistemático:

1. Mudanças climáticas : Efeitos sociais 304.25

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

APRESENTAÇÃO

Nesta publicação *Dívida Pública e Crise Climática: caminhos para resistir*, apresentamos elementos para compreender como as mudanças climáticas impactam o cotidiano, porque ocorrem e de que forma geram uma dívida socioecológica a partir de falsas soluções. Também abordamos quem mais sofre com esses efeitos e, em especial, como as comunidades em situação de maior vulnerabilidade são atingidas.

Serão discutidas as consequências provocadas pelas mudanças climáticas e os caminhos para possíveis de enfrentamento, resistência e resposta.

O objetivo é estimular a interação com os conteúdos apresentados, a partir das experiências nos territórios, dos espaços de convivência e das diversas formas de resistência já existentes.

Boa leitura!

SUMÁRIO

1

As questões decorrentes das mudanças climáticas
são um problema novo ou sempre estiveram por aí?

-----p.04

2

As agressões ao meio ambiente

-----p.07

Discutindo os conceitos

-----p.09

Dívida ecológica e climática: as falsas soluções

-----p.10

Atitudes que fazem a diferença. Quais são elas?
Vamos listar?

-----p.11

3

Não estamos partindo do zero: existe gente resistin-
do e propondo caminhos há muito tempo

-----p.12

Outros jeitos de ver nosso mundo

-----p.14

Soluções comunitárias lideradas por mulheres

-----p.16

Referências bibliográficas

-----p.19

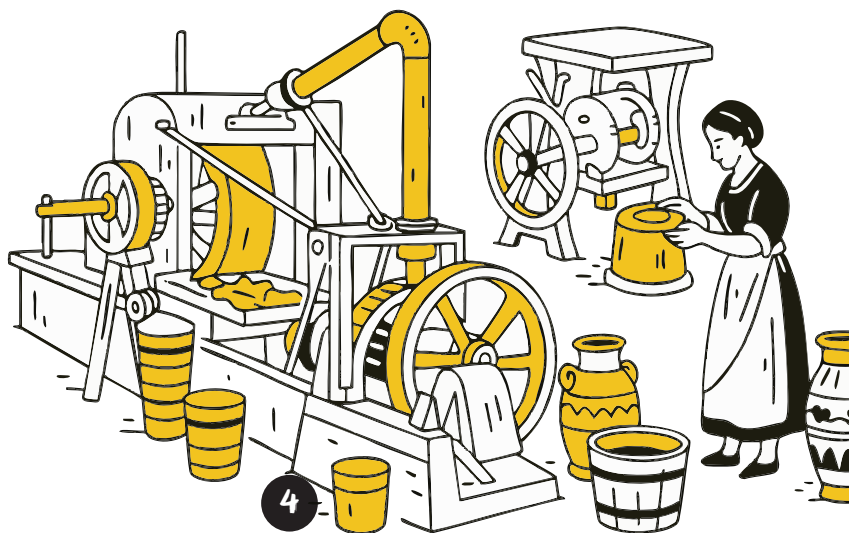
1

AS QUESTÕES DECORRENTES DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS SÃO UM PROBLEMA NOVO OU SEMPRE ESTIVERAM POR AÍ?

Para enfrentar as mudanças climáticas e os desafios que delas decorrem, é fundamental compreender como tudo começou. O que provocou as catástrofes que hoje presenciamos em diferentes lugares do mundo?

Ao longo da história, a biodiversidade vem sendo afetada pela exploração dos recursos naturais, hídricos e orgânicos. Podemos observar mudanças significativas no modo de praticar a agricultura: inicialmente, a atividade produtiva era artesanal e manual; em seguida, passaram a ser utilizadas máquinas simples; e com a Revolução Industrial, a mecanização intensificou-se, substituindo a mão de obra humana e estabelecendo uma nova relação no campo.

Nesse processo, agricultoras e agricultores perderam o controle sobre a produção, uma vez que passaram a trabalhar para os proprietários das terras, que detinham o poder de decisão sobre o que seria produzido, bem como sobre a apropriação dos lucros.



Com o passar dos anos, o antigo sistema de produção, com base na diversidade e rotação de culturas, foi substituído pelo monocultivo, que veio acompanhado dos agrotóxicos. Nessa nova agricultura, a do século 20, essas práticas começam a destruir a rica biodiversidade, contribuindo para o enfraquecimento da produção alimentar e aumento de doenças resultantes do consumo de produtos com veneno no campo e cidade.

Com o avanço da industrialização do campo, a não demarcação das terras indígenas e quilombolas e sem uma reforma agrária, as terras passaram a ser exploradas com apoio de governos coniventes com esse modelo de uso do solo e dos bens naturais. Soma-se a isso a concessão de incentivos fiscais para as empresas mineradoras e do agronegócio, que intensificaram práticas como o monocultivo, o uso crescente de venenos e a construção de hidrelétricas, alterando o curso natural das águas que abasteciam as comunidades por meio dos rios.

É conhecida como Revolução Industrial a transição dos métodos de produção manual para a produção mecanizada, com a introdução de novos processos de fabricação de produtos químicos e metalúrgicos, além do uso de fontes de energia como o vapor e hidráulica. Esse processo iniciou-se na Inglaterra, no século 18.

Estes são alguns exemplos de práticas para obtenção de mais lucros até chegarmos onde chegamos - às mudanças de temperatura da Terra, causadas, há pelo menos três séculos, pela ação humana: desmatamento; destruição de florestas; queimadas; monocultivo; uso de agrotóxicos; e uso intensivo de combustíveis fósseis (carvão mineral, petróleo e gás) como fontes de energia para indústrias e veículos; e ausência de árvores, parques e transportes coletivos nas cidades.

Tudo isso tem provocado desequilíbrio climático, ou seja, uma alteração muito significativa e negativa no clima da Terra, causada princi-

palmente por atividades humanas em grande escala. Já a agricultura familiar, que adota práticas de manejo sustentável, assim como a agricultura urbana, não gera esses impactos climáticos.

Pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, a química Luciana Gatti, afirma que o que estamos presenciando em relação à temperatura dos oceanos é pior do que tudo o que já foi registrado. Para ela, não é possível que o “colapso climático” ainda não começou. “Pelo que estamos vendo, parece que está incontável e escapando da mão.”

Não é um problema novo, mas foi agravado pela forma como os países ricos do Norte Global, especialmente governos, bancos e grandes empresas, têm usado a crise climática como desculpa para outros objetivos: dominar a natureza, oprimir e controlar populações em situação de vulnerabilidade e oferecer respostas paliativas e falsas, que não enfrentam de fato a necessidade de conter o avanço das mudanças climáticas.

Um colapso climático ocorre quando a Terra não consegue mais sustentar condições climáticas estáveis necessárias para a vida humana e para a maioria dos ecossistemas existentes. Exemplo: furacões e ciclones mais constantes, enchentes, seca, queimadas e temperaturas muito altas ou muito baixas.

Temos que nos preocupar e fazer alguma coisa?

Temos, sim, e muito!

AS AGRESSÕES AO MEIO AMBIENTE

Meio ambiente não é, como muita gente pensa, sinônimo de natureza. Envolve tanto os recursos naturais quanto os bens do lugar onde vive, as pessoas, as cidades, o urbano, a floresta, as águas e o rural.

Meio ambiente tem relação com as condições de vida das pessoas: lixo, terra, água, ar, plantas, animais, fumaça de caminhão, costumes, clima, equipamentos de lazer, educação, informação, saúde, bem-estar, saberes, a história de cada grupo. É tudo o que tem a ver com a vida de um ser e com a reprodução e manutenção da vida.

Todos esses componentes do ambiente têm sido impactados pelo aquecimento global. Os problemas não afetam apenas o semiárido ou ao Brasil: afetam a vida de pessoas em todo o planeta, sobretudo aquelas em situação de maior vulnerabilidade. Exemplos incluem as enchentes no Rio Grande do Sul; o aumento da ocorrência de furacões e tornados (tempestades em forma de funil que se estendem da nuvem até o solo) nos Estados Unidos; as ondas de calor extremo que provocam destruições e mortes; além das secas que favorecem as queimadas e das enchentes no Norte do país.





De que forma o ambiente em que vocês vivem está sendo agredido?

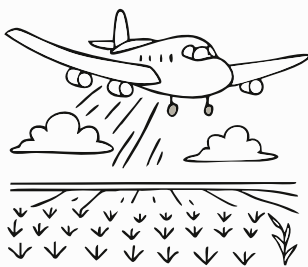
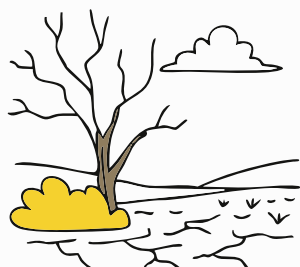
Atitudes coletivas estão sendo tomadas para barrar as agressões?

Vocês acham que o “estou fazendo a minha parte” dá conta?

Quem mais deveria estar fazendo algo e não está?

De quem é a responsabilidade?

É coletiva, porém é diferenciada (pessoas, empresas e governos)?



2.1– DISCUTINDO OS CONCEITOS

Que conceitos queremos construir? Que entendimentos queremos desconstruir?

Desertificação - por que isso acontece?

Monocultivo - por que há interesse em plantar apenas um tipo de cultura?

Agrotóxicos - qual é a justificativa para seu uso?

Água - para quem ou para o que está sendo destinada?

Poluição do ar - quais são as causas? Isso tem relação com o aquecimento do planeta?

Dívida ecológica - existe porque os países do Norte – os mais ricos – historicamente destroem, devastam e contaminam a natureza dos países do Sul. Isso precisa continuar sendo assim?

Dívida climática - faz parte da dívida ecológica. Solos, florestas e oceanos são apropriados de forma ilegítima por corporações, por meio de extração e queima desproporcional de combustíveis fósseis. Vamos continuar aceitando os impactos negativos desse uso?

Que outros conceitos precisamos construir ou desconstruir para acabar com nossas dúvidas?

2.2- DÍVIDA ECOLÓGICA E CLIMÁTICA: AS FALSAS SOLUÇÕES

A nova face do capitalismo tem se manifestado por meio de projetos que, na teoria, oferecem soluções para a crise climática, mas que, na prática, apenas deixam um rastro de dívidas na vida das pessoas, que se apresentam de duas formas:

Financeiramente - isso se observa nos resultados de grandes projetos implantados por empresas privadas com a aprovação de governos. São projetos que retiram as pessoas de seus territórios e de suas casas nas periferias, consequentemente, elas se endividam para buscar moradia e outros meios de vida. Projetos agrícolas que poluem pessoas, águas e plantações também geram dívidas, agora relacionadas às doenças adquiridas pelo ar ou pelos alimentos contaminados.

Socialmente e racialmente - isso se nota nos espaços escolhidos pelas corporações para instalar seus projetos; áreas onde vivem populações pobres, negras e indígenas. Além de serem tratadas de forma desigual por sua raça, cor ou origem, essas comunidades enfrentam dificuldade de buscar seus direitos, muitas vezes sendo enganadas por promessas de “melhoria de vida” que não concretizam.

Todas as soluções que têm sido propostas por governos, empresas e bancos para enfrentar a crise climática e ambiental, nunca poderão ser sustentáveis. Em vez de promover iniciativas que transformem o modo de produção e consumo, acompanhadas de reparações históricas, essas instituições impõem aos países em situação de vulnerabilidade políticas marginalizantes, desagregadoras e ambientalmente irreversíveis.

Elas apostam em mais tecnologias e em mais mecanismos de mercado, cujo objetivo final é gerar mais lucros. Serviços ambientais, práticas empresariais verdes, compra de crédito de carbono e economia verde são, na prática, todas falsas soluções.

2.3– ATITUDES QUE FAZEM A DIFERENÇA.



O que nós podemos ou já estamos fazendo como forma de responder ao avanço das mudanças climáticas na comunidade?

O que o poder público está fazendo ou deveria fazer?

3

NÃO ESTAMOS PARTINDO DO ZERO: EXISTE GENTE RESISTINDO E PROPONDO CAMINHOS HÁ MUITO TEMPO

Campanha por um Brasil livre de transgênicos - Em 1999, após a proibição pela justiça do cultivo da soja transgênica, organizações não governamentais do campo da agroecologia, movimentos sociais, agências de cooperação, professores, professoras e juventudes — com o Esplar como um dos membros da coordenação — criaram uma campanha nacional. Essa iniciativa promoveu seminários, debates em escolas, audiências públicas, ações de incidência, além da produção de artigos e materiais de divulgação. Em Fortaleza, foi realizado o 1º Júri Nacional dos Transgênicos, seguido de mais quatro tribunais populares em outros estados. Essa luta resultou na aprovação da Lei da Rotulagem, que obriga fabricantes a inserirem o símbolo “T” nos produtos comercializados, garantindo ao público o direito de saber quando há componentes transgênicos.

Articulação Antinuclear - Surgiu em 2011, formada por comunidades, movimentos sociais, igrejas, organizações da sociedade civil e pesquisadores e pesquisadoras de universidades. Seu objetivo é defender os direitos territoriais das comunidades rurais afetadas pela mineração de urânio e fosfato — em especial diante do Projeto Santa Quitéria, no Ceará —, fortalecer essas comunidades e promover alternativas para o enfrentamento dos impactos socioambientais gerados. Assim como em outros estados, essa articulação se opõe à exploração dessa fonte de energia, cujos danos recaem tanto sobre as populações locais quanto sobre o meio ambiente.

Esse projeto, no Ceará, é considerado o maior do Brasil. Tem por objetivo extrair fosfato e urânio da mina de Itataia, em Santa Quitéria. Parte do fosfato será utilizada na produção de fertilizantes fosfatados de alto teor para a agricultura. Produzirá também concentrado de urânio para geração de energia nuclear.

Na área que será utilizada pelo projeto existem trinta territórios de povos e comunidades tradicionais, com mais de cinco etnias atingidas por essa atividade.

A experiência com mineração em outros territórios identificou uma série de problemas sociais e ambientais relacionados à saúde, mudanças no modo tradicional de uso e ocupação do território, migração de trabalhadores e trabalhadoras, sobrecarga dos serviços públicos, contaminação da água, do solo, aumento dos índices de câncer e aumento da violência sobre, principalmente, as mulheres, além do uso e tráfico de drogas. Some-se a isso os efeitos da radiação liberada no processo de mineração, que deverá atingir outros municípios próximos.

Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM) - O MAM foi criado na Amazônia em 2012, a partir dos conflitos produzidos pelo Projeto Carajás no Pará, executado pela Mineradora Vale S.A. Além das pessoas atingidas, nele se envolveram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sindicatos, organizações e garimpeiros da Serra Pelada.

A necessidade de criação do movimento se deu ainda por essas organizações entenderem que os grandes empreendimentos encontram, na natureza, um campo fértil para o aumento de seus lucros, portanto era preciso organizar uma resistência coletiva.

O movimento é movido pela luta em defesa da construção de outro modelo de mineração, que leve em conta a soberania popular desde os territórios.

Fórum do Semiárido - É uma articulação que envolve organizações da igreja católica, associações e outras organizações da sociedade civil. O fórum foi criado em 1999 para pensar o semiárido na perspectiva de uma convivência e não de combate à seca.

Até 2007, houve grande mobilização para sensibilizar governos e sociedade civil para a importância de políticas públicas voltadas para essa

convivência. Nesse período, a proposta das cisternas de placas se torna uma tecnologia social experimentada para ser aplicada nos estados.

Em 2003, foi lançado o Programa um Milhão de Cisternas para a construção de cisternas de captação de água da chuva para famílias do semi-árido. Depois avançou para a construção de cisternas para a produção de alimentos. Atualmente, além das áreas nas casas, são construídas cisternas nas escolas do campo.

3.1 – OUTROS JEITOS DE VER NOSSO MUNDO

Resistência ativa - instrumentos de mobilização



Os consórcios agroecológicos são um cultivo consorciado de plantas, árvores e animais, fazendo uso de calda, biofertilizantes, controle biológico e preservando os inimigos naturais das pragas e doenças, ou seja, equilibrando, nutrindo o solo e o meio ambiente. Essa prática configura-se como uma alternativa ao uso de agrotóxicos.

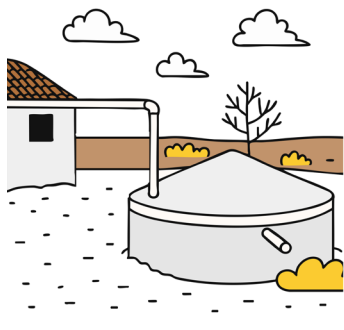
É um sistema de produção com base em plantios diversificados e de baixo impacto ambiental capaz de produzir alimentos saudáveis, contribuindo para a segurança alimentar e nutricional. Essas práticas se chamam agroecologia, garantindo as necessidades do presente, sem comprometer o futuro.



O beneficiamento do gergelim – Em Craitéus (CE), a comunidade Estação, por meio de um projeto executado pelo Esplar (consórcios agroecológicos com o algodão mocó), encontrou no beneficiamento do gergelim uma forma de diversificar a oferta de produtos para a comercialização. O interesse surgiu após um intercâmbio de

experiências, no qual o grupo conheceu diferentes possibilidades de transformação do gergelim.

Em vez de oferecer só o gergelim, após uma oficina de beneficiamento dada pelo Esplar, o grupo passou a produzir óleo, doce, paçoca e cocada, com comercialização dos produtos nas feiras locais e em outras cidades.



As cisternas de placas são reservatórios para conservar a água da chuva do telhado da casa. Deve estar fechado para proteger a água da evaporação e da contaminação. A água pode ser usada para a produção e para o consumo.

As casas de sementes comunitárias são espaços criados por famílias de agricultores e agricultoras para estocar sementes crioulas que venham favorecer toda a comunidade.



A casa de sementes liberta a família da dependência das sementes fornecidas pelo Estado que, além de não chegarem no tempo certo, podem estar modificadas geneticamente, ou seja, serem transgênicas.

Nesse espaço, aprende-se a selecionar e guardar diferentes variedades de sementes. Como afirmou uma agricultora: “agora as pessoas sabem que não vão mais sofrer atrás de sementes, cadastro, projetos... a tendência é crescer e chegar o tempo que ninguém precise sair mais daqui para o mundo afora atrás de sementes.”

Sementes crioulas, também chamadas de sementes tradicionais, são variedades cultivadas e preservadas por comunidades locais, em especial agricultores e agricultoras familiares e indígenas, ao longo de muitas gerações. São adaptadas às condições ambientais de cada região, não passaram por modificações genéticas, sendo passadas de geração em geração em uma comunidade.



Os sisteminhas são experimentos coletivos, espaço integrado de produção de alimentos e troca entre famílias dos territórios, visando segurança alimentar e geração de renda.

Esse modelo agrícola sustentável foi criado em 2002 pelo pesquisador Luiz Carlos Guilherme, então doutorando na Universidade Federal de Uberlândia-MG, e aperfeiçoado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para que pudesse ser replicado em todo o país.

Em territórios de Fortaleza (CE), como o Conjunto Palmeiras e a Comunidade Raízes da Praia, surge a partir da mobilização popular, diante da fome e da insegurança alimentar, na luta por políticas públicas que garantam direito à alimentação.

3.2 – SOLUÇÕES COMUNITÁRIAS LIDERADAS POR MULHERES

Os quintais produtivos são uma criação das mulheres, nascida da compreensão do processo de reprodução de seus próprios corpos.

Ao observar as mudanças em si mesmas, elas foram estudando o ciclo reprodutivo das sementes e dos frutos da terra. Ao redor de suas casas, começaram a experimentar, descobrindo o clima e a época mais favoráveis para semear diferentes espécies, entendendo como as sementes

se desenvolvem, utilizando-as como alimento e as ervas como remédio. Nesses espaços também acolhem animais, guardam sementes e armazenam alimentos.

No município de Quiterianópolis (CE), o Quilombo Jardim, com apoio do ESPLAR, ampliou e diversificou a produção dos quintais, além de terem inaugurado fase produtiva, que é a criação de galinhas, porcos, ovelhas, além da criação de abelhas para a produção e a comercialização do mel.

A “Soma dos Quintais” é uma rede de mulheres da Amazônia que resistem em defesa da vida e do território amazônico, com foco na justiça socioambiental e climática.

Articulada pelo Serviço de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES) e seus parceiros, a rede busca fortalecer a união e a sabedoria popular e ancestral das mulheres, conectando urbanas, rurais e indígenas em suas lutas e práticas. Promove encontros, conferências e outras atividades para incentivar o diálogo intergeracional e intercultural, construir propostas de ações e ampliar redes de solidariedade.

A “Soma dos Quintais” representa, assim, um sinal de resistência e fortalecimento da luta das mulheres amazônicas por justiça socioambiental e climática, promovendo a união, o diálogo e a construção de propostas para um futuro sustentável para a região.

O Centro Dandara de Promotoras Legais Populares e Educação em Direitos Humanos para Mulheres é um espaço que tem o objetivo de formar mulheres líderes comunitárias em conhecimentos teóricos e práticos sobre as leis e direitos das mulheres, que possam replicar o conhecimento em sua localidade, desenvolvendo uma consciência crítica e reflexiva sobre conteúdos machistas, classistas e patriarcais que passam as decisões dos Poderes públicos.

A concepção do Curso de Formação de Promotoras Legais Populares (PLPs) surgiu no início da década de 1980 com os primeiros projetos de capacitação legal para mulheres na América Latina.

O movimento, que começou no Peru, se espalhou para outros países como Chile, Argentina, Costa Rica e Bolívia. Na década de 1990, a União de Mulheres do Município de São Paulo participou de um seminário sobre os direitos da mulher, promovido pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM), tendo a oportunidade de aplicar a formação no Brasil.

O Curso de Promotoras Legais Populares deu origem ao Centro Dandara de Promotoras Legais Populares em São José dos Campos-SP, constituído em 2001, como uma associação de mulheres. O centro é uma instituição de defesa e promoção dos direitos da cidadania, direitos individuais, coletivos e difusos e direitos humanos com enfoque nas questões de gênero, raça/etnia, orientação sexual e desigualdade socioeconômica.

Rede de Cozinhas da “União por Moradia Popular”: atua nas vilas, comunidades e ocupações de Porto Alegre-RS, organizando cozinhas solidárias como resposta direta à fome e à omissão do Estado. Essas redes são espaços construídos com e para o povo, onde a comida é partilhada e a luta é cotidiana.

Coletivo Orquídeas: é uma iniciativa da Comunidade Autônoma Orquídea Libertária, a partir de mulheres que não aceitaram a precarização como destino. Situado na periferia de Gravataí-RS, produzem na lógica da economia solidária, rompendo com a dependência do mercado e construindo formas próprias de viver e sustentar as comunidades.

Associação de Mulheres Emergentes da Enchente (AMEE): surge forjada no abandono vivido durante as enchentes de 2024. Organizadas no Sarandi, na zona norte de Porto Alegre (RS), essas mulheres transformaram o luto em ação, criando campanhas de apoio mútuo e iniciativas de geração de renda a partir do território.

Projeto Resistência e Defesa dos Direitos Humanos frente ao sobre-endermamento e às mudanças climáticas: é uma iniciativa do Jubileu Sul Brasil, com apoio do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. O projeto atua no fortalecimento das alianças entre movimentos urbanos e rurais

para que sejam criadas estratégias de mobilização e incidência política em defesa da vida e dos territórios. A Vila Dique e a Vila Nazaré, em Porto Alegre (RS), são exemplos exitosos dessa atuação.

Que outras propostas ou exemplos de nossas vivências poderíamos compartilhar aqui?



"A luta pela sobrevivência da vida humana e não humana no planeta passa por mudanças radicais no modo de viver, de produzir e de se relacionar que só poderão ocorrer numa sociedade que se organize para além do capital. Caso contrário, o ciclo de promessas e falácias continuará, sem uma solução real para o colapso climático".



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE de Hollanda (Org.). **Pensamento feminista hoje**. Perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

CABNAL, Lorena. **Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala**. Guatemala.

MILENA, D. **Apuntes sobre un Feminismo comunitario**: desde la experiencia de Lorena Cabnal. Colômbia, jun. 2020.

PROJETO Sisteminha em todo bairro. Movimento dos Conselhos Populares e outros. Fortaleza: jun. de 2023.

REDE JUBILEU SUL BRASIL. **Economia Verde: o que é feito em nome do meio ambiente e do clima?** Caderno de Estudos nº 5. São Paulo, mar. 2016.

SEGATO, Rita Laura- **Gênero e Colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial**. e-caderno ces, 2012.

EXPEDIENTE

Organização, produção e revisão

Carolina de Mendonça Rodrigues Silva
Marcela de Andrade
Flaviana Serafim
Rosilene Wansetto
Sueli Bertolino

Redação

Magnólia Said

Assessoria Pedagógica

Ada Ponte Jereissati

Colaboração

Centro Dandara de Promotoras Legais Populares, Douglas Martini, Hellen Greicy Barbosa e Coletiva de Mulheres do Jubileu Sul Brasil; Ronildo Mastroianni - Esplar Centro de Pesquisa e Assessoria.

Diagramação

José Bruno Lima

Ano

2025

Contato

faleconosco@jubileusul.org.br
11 94531-7411 / 11 3112-1524

Termo de Fomento nº 962421/2024

REALIZAÇÃO:



APOIO:

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA





ACOMPANHE NOSSAS REDES E MÍDIAS

 www.jubileusul.org.br

 @jubileusul

 @redejubileusul

 @jubileusul

 Jubileu Sul Brasil JS/BR

 Jubileu Sul Brasil JS



REALIZAÇÃO:



APOIO:

MINISTÉRIO DOS
DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA

